

A vocação política da ciência social

Michel Misse

Uma das mais profundas reflexões que um sociólogo, no pleno sentido do termo, já ofereceu sobre o tema geral que condiciona essa palestra foi, sem dúvida, o par de conferências que Max Weber pronunciou na Universidade de Munique em 1918, conhecidas como “A ciência e a política como duas vocações”.

A leitura dessas reflexões, basicamente voltadas ao sentido da relação entre política e ciência, entre a prática e a teoria, oferece também a oportunidade de um mergulho no interior de um profundo conflito pessoal, de uma das mais eminentes personalidades intelectuais do nosso século. Max Weber, afinal viveu com sincera intensidade a trágica separação burguesa do mundo e dos valores, numa época-limite do capitalismo competitivo, após a qual dificilmente poderia se repetir com a mesma sinceridade que a sua experiência intelectual demonstrou e cumpriu.

Hoje, quando já não há lugar para as aventuras trágicas do espírito burguês, substituído que foi por técnicas bem-comportadas e eficientes na reprodução do *status quo* monopolista, percebemos com maior clareza o sentido da obra weberiana, sua perfeição burguesa *in extremis*. Para um mundo onde a ousadia política e intelectual dos representantes teóricos da classe dominante geralmente não ultrapassa a eficácia medíocre das técnicas e o escapismo acadêmico da universidade burocrática, nada melhor que retomar o profeta

desse novos tempos e considerá-lo – pelos que se afastam da ideologia burguesa – como o mais brilhante e leal dos antagonistas.

Sábio, no tradicional sentido acadêmico que essa designação possuía na universidade alemã do início do século, dono de incomparável erudição, mas também homem eminente político, preocupado com a ação, a decisão e a intervenção no mundo. Weber embrenhou-se completamente na separação burguesa entre a ciência e a política, estratificando-a em duas *vocações* distintas. Nessas conferências, Weber defendeu a impossibilidade radical de uma identificação entre ciência e política, explicitamente porque acreditava que, assim fazendo, defendia a ciência frente à política, e a política frente à ciência. Esses dois contrários mundos definitivamente irreconciliáveis, produzidos pela crise da metafísica, antagonizados genialmente pela esteira que vai de Kant a Nietzsche, materializados pelo fracionamento do mundo burguês em “sociedade civil” e “Estado”, tornavam-se agora, com Weber, profeticamente trágicos em sua irremediável disputa. Esta posição o dividia existencialmente, o dilacerava, e no entanto, o sociólogo das religiões mundiais e o hábil político nacionalista se fundiam quando se tratava de defender-se frente à ciência. Com a paixão de um Tolstoi, atacava: “A ciência não tem sentido porque não responde à nossa pergunta, a única pergunta importante para nós: o que devemos fazer e como devemos viver?”

Weber não desconhecia nem subestimava a importância do esforço prometéico de Marx em construir as bases de uma *ciência da história* em estreitas ligações com as aspirações proletárias de um *socialismo científico*. Toda a preocupação do jovem Marx em perseguir a comprovação científica de uma intuição de Hegel, segundo a qual o mais essencialmente ético para os homens de hoje coincide com o mais profundamente necessário do próprio desenvolvimento histórico, não passava despercebido para Weber. Entretanto, encurvadado tragicamente no liberalismo burguês dos valores e interesses no politeísmo burguês da livre-iniciativa, na crença na irredutibilidade dos fins humanos a qualquer terreno objetivo que os explicitasse e permitisse sua necessidade histórica, Weber terminou conjugando no seu pensamento duas impotências burguesas fundamentais: a impotência política do cientista e a impotência científica do político .

Na época em que pronunciou essas conferências, a Alemanha começava a entrar na revolução social, o proletariado estava nas ruas e muitas das principais cidades alemãs já se encontravam sob governo revolucionário.

A impotência científica do político Weber leva-o a se colocar numa posição extremamente elitista e conservadora, receosa do impacto das massas na política, preocupado com a “turba na rua” pronta – no seu entender – “para ser liderada por qualquer demagogo que apareça”. Seu ex-aluno Lukács, que começaria a escrever nesta época os ensaios reunidos em *História e consciência de classe*, “autor talentoso” segundo o seu antigo professor, está nas ruas com a “turba” e à frente da revolução operária na Hungria, que o transformaria em seu ministro da Educação. Rosa Luxemburgo, a grande revolucionária, a quem Weber respeitava intelectualmente, seria assassinada no ano seguinte pela repressão social-democrata. E Weber, coerente com a impotência política do cientista, via na promessa socialista da classe operária apenas uma continuidade do “desenvolvimento burguês do mundo” uma quase fatalidade burocrática, um desenvolvimento totalitário da racionalização do mundo social.

Será esta a grande lição de um dos maiores sociólogos de nosso tempo?

O grande tormento de Weber não era propriamente a política, da qual foi um dos grandes teóricos modernos, nem muito menos a ciência, e a ciência social em especial, da qual foi epígono brilhante, com contribuições decisivas para a lógica e a metodologia histórico-sociais. O tormento está na relação entre os fins e os meios, entre os valores e o mundo, entre a política e a ciência. Se não cumpria à ciência determinar os fins políticos a alcançar, nem refletir sobre a verdade objetiva dos valores em disputa, nem tomar partido, restava-lhe no entender de Weber tão-somente a inteligência “técnica” dos meios da adequação da conduta humana, sempre variada, aos fins que se propunha alcançar e às formas típicas dessas adequações. Aos fins e valores infinitos, em última análise irracionais, “deuses em luta”, cumpria, no limite, a ciência, *compreendê-los*. Assim, divide-se o homem, analiticamente, entre a ciência e a fé, entre o discurso da objetividade e a opção da subjetividade. Um homem pode ser ao mesmo tempo cientista e político, mas nem o político pode ditar ordens ou tentar persuadir ao cientista, nem o cientista pode determinar os fins corretos, “objetivamente válidos”, ao político. Afinal, nem ao cientista poderiam caber os compromissos próprios de toda atividade política, nem ao político a inflexibilidade necessária dos postulados científicos.

Este não é o lugar apropriado para discutirmos as consequências últimas da posição weberiana para o desenvolvimento teórico de sua própria sociologia (assim como a paradoxal coerência com sua prática política efe-

tiva). Mas é necessário não perdermos de vista tanto as implicações científicas que dela decorrem para a política. Não basta refutar Weber, como fez o filósofo Leo Strauss com um exemplo da barbárie moderna – o extermínio dos judeus e da oposição anti-nazistas nos campos de concentração da Alemanha hitlerista. Isto poderia nos colocar, como colocou Leo Strauss, numa posição que, ao contrário de ultrapassar Weber e os limites do pensamento burguês, retroage às suas origens ideológicas. Leo Strauss percebeu as dificuldades de combater um pensamento que separa de modo tão radical o conhecimento dos homens de suas próprias opções morais e políticas, e tentou contorná-las com um exemplo histórico no qual está presente o uso ideológico da ciência para justificar o genocídio de uma raça que os cientistas nazistas consideravam “inferior”. Por se sentir incapaz de opor a ciência à barbárie, na medida em que aquela fora utilizada para “justificar” o genocídio, Leo Strauss terminou por recorrer aos direitos naturais e eternos da humanidade, à essência una da justiça, abandonando a questão da ciência e da história exclusivamente à filosofia e, portanto, recusando-se a enfrentar o dilema que Weber ousou vivenciar. Afinal, diria Weber se o pudesse, não cumpre à ciência “justificar” qualquer ato humano ou decisão política. Não seria a justificação “científica” do genocídio que o tornaria menos irracional em relação aos valores dominantes, ou mais racional em relação aos fins políticos dos nazistas. Do mesmo modo, nem o protesto político dos cientistas seria um ato de ciência, nem o protesto “científico” dos políticos uma condição suficiente para melhor explicar a barbárie ou justificar a sua luta contra ela. Cabe ao político uma responsabilidade absoluta por suas decisões, tanto quanto cabe ao cientista a responsabilidade absoluta por suas convicções. Neste campo, a evidente impotência da ciência frente ao político é a condição necessária da *potência* do político, que atua num mundo que a ciência não pode ocupar; mas, em compensação, a *potência* da ciência se constrói contra a fé e a política, como única condição de poder *compreendê-las*.

O ponto em que nos encontramos, no Brasil, em relação ao tormento desencavado por Weber é, no mínimo desconcertante. Os cientistas sociais mais preocupados com a neutralidade axiológica como condição da objetividade científica são, a grosso modo, os mesmos que aceitam *na prática* (embora na retórica, possa ser diferente) o *status quo* vigente. A presença sempre aguda no Estado brasileiro nas esferas da produção científica, seja por meio das universidades ou por organismos de financiamento de pes-

quisas, ou ainda, nos cargos públicos, fortalece a convicção de que a neutralidade axiológica pode estar funcionando também para a cooptação dos intelectuais ao sistema de poder. O caráter de classe desse Estado, apagado na ideologia dominante, não parece razão suficiente para aumentar a desconfiança de muitos intelectuais. As mediações da realidade concreta são mais fortes e algumas vezes justificadas para decidir uma comunhão ingênua entre os apóstolos da neutralidade técnica dos cientistas e os interesses dominantes no Estado. A soberana universidade que acolheu Weber, embora não fosse desprezível e aberta à política, como muitas vezes tem sido a nossa, não era também um laboratório de ideias experientes imune às contaminações do meio social e, particularmente, do Estado. A ideologia, esse tecido transparente que sempre atravessa todos os muros da formação social, ou os cimenta com argamassa impenetrável, invadia a universidade dos sábios e dela saía, fortalecida e coerente, para todos os cantos.

No campo social, sociólogos, jornalistas, escritores, em nome dessa objetividade que deveria sustentá-los contra os envolvimento que os fins, interesses e valores humanos em luta perigosamente insistem em lhes cobrar, aceitam cada vez mais a ideologia da “técnica” e do “profissionalismo” que os transforma, muitas vezes sem o saberem, em “intelectuais orgânicos da ordem” e do sistema. Por outro lado, os que não vêem na ciência senão um meio “artificial” para a política, que não acreditam no conhecimento, apegam-se exclusivamente à ideologia, mesmo aquela que busca a revolução, e terminam empatado com Weber *por baixo*, isto é, sem ao menos terem a audácia de admitir a dupla impotência.

A necessária conexão da prática científico-social com os projetos políticos e ideológicos do Estado ou contra ele, mesmo quando essa ligação não é evidente, sempre pareceu um paganismo para os adoradores do monoteísmo cientificista. A responsabilidade política do cientista social tem sido, por sua vez, minimizada pelos que, diferentemente de Weber, não veem tempestades nessa comunhão. A fecunda proposição marxista segundo a qual o conhecimento humano depende dos interesses e das práticas sociais ainda que não lhes seja idêntico (e quase sempre não é) iluminou o tormento de Weber. Este mesmo aceitando a radical separação entre a ciência e a política, não pôde deixar de considerar ao menos a influência que os interesses exercem sobre a seleção do objeto a ser investigado, sobre ângulo em que se o aborda, e o modo pelo qual o real é recor-

tado pela ciência. Mas na preocupação de pôr a ciência em completa liberdade frente às definições políticas sempre exigidas, obrigou-se também concebê-la (tanto quanto ao real) como multifacetária, comportando infinita variedade de perspectivas. Assim, a profusão de partidos possíveis no liberalismo político clássico. O paradoxo do próprio capitalismo foi, então, transportado para a relação da ciência com a política: nunca se dependeu de tantos para a sobrevivência completa de cada um, e nunca tão poucos viveram às expensas de tantos. Neste sentido, a posição weberiana tem o mérito de exprimir como poucas outras as próprias *condições* da ciência e da política no capitalismo e a sua necessária separação para o ponto de vista limite da burguesia mais progressista. Do mesmo modo, uma vez colocadas em pé de igualdade, a perspectiva individualista do liberalismo clássico e a perspectiva expressamente de classe do socialismo moderno devem agora competir entre si como ângulos concorrentes, onde um responda melhor que o outro a certos problemas e ao outro se reserve a melhor resposta aos problemas que o primeiro não poderá responder.

Assim compreendida, a ciência social poderá ter tantos paradigmas, ângulos, perspectivas ou ênfases quantas forem as questões e os interesses de cada indivíduo humano, esta mônada originária e garantidora de toda a liberdade possível do espírito humano. Não será muito surpreendente se reencontrarmos Kant ao passarmos com Weber.

Mas, e a ciência? Este não é um problema, agora que o relativismo suplantou a certeza e o agnosticismo enterrou a verdade. O político, o religioso, o apaixonado é que precisam de verdades, sem as quais não podem ir à ação. Mas o cientista não se nutre de verdades; seu alimento é o jogo, o quebra-cabeças, o caleidoscópio, sua fome é infinita e sua saciedade provisória. Para este protótipo intelectualista da personificação do capital, mais que entesourador um acumulador de relações sociais coisificadas em conceitos intercambiáveis, pouca coisa resta realmente para além do triste ritualismo de sua sábia figura. Resta-lhe sobretudo contentar-se com sua solitária ciência e buscar validade objetiva para suas idéias debruçando-se sobre a adequação entre os meios e os fins na conduta humana. Ai poderá ser infinitamente objetivo, isento, puro. Mas terá que dizer sempre: até agora as massas transformaram o mundo de diversas maneiras; trata-se doravante de interpretá-lo!

A esta altura devemos estar pensando sobre os perigos que a explicitação do engajamento recíproco da ciência com a política podem significar, par-

ticularmente para nós, sobreviventes feridos de 15 anos de autoritarismo feroz. Não seria neutralidade dos cientistas a garantia de independência e autonomia da ciência frente aos preconceitos, à tradição e às injunções de poder? Embora este argumento seja precioso na sua verdade final, não parece muito claro que a imposição da verdade dependa tanto da neutralidade do cientista. Como em qualquer dominação, a ciência só se impõe ao nível dos interesses e, portanto, nesse aspecto, ao nível político. A verdade, por si só, não convence nem persuade e não será necessário gastarmos muito tempo com este truísmo. Veja-se bem que já nos deslocamos do campo da produção da verdade para o da sua socialização. Mas o problema é um só: até que ponto a questão não enrola, como sua variável mais poderosa, a necessidade da ciência de romper com os preconceitos, com a tradição e alcançar o máximo possível de liberdade para desenvolver-se? Não estaria Weber preocupado, acima de tudo, com a autonomia científica frente aos fanatismos da fé e da política, frente aos profetas da intolerância? Não seria um pressuposto seu o de que a ciência social só pode se efetivar numa ordem social racional-legal, que garantisse aos sábios o direito à ciência?

Ocorre aqui um pequeno equívoco de proporções consideráveis. *A ciência social não pode aspirar à neutralidade simplesmente porque o nosso mundo está fracionado, mergulhado nas lutas de classe.* Não se pode aspirar o consenso e a intersubjetividade da ciência social quando o seu próprio objeto é constituído pelo avanço das lutas de classe. A luta de classes – essa verdade que na ciência social mais horroriza, que esclarece – não é apenas um ângulo, um momento, uma fase da realidade do nosso mundo. É a sua concretude mais escancarada, a sua verdade mais reprimida. Se, no corpo desses argumentos, introduzo uma petição de princípio, nada me convencerá que qualquer contra-argumento nessa direção não implique também uma presuposição determinada. Vê-se por aí, que a neutralidade é apenas uma regra formal do método sociológico, necessária apenas enquanto for útil para permitir acesso à *objetividade*. Na ciência social (e ousaria dizer em qualquer ciência) a única coisa que não se pode sacrificar, sem perder ao mesmo tempo o que distingue a prática científica das demais práticas humanas, é a busca da *objetividade*. Mas não sejamos ingênuos. A busca da objetividade é necessariamente também uma luta política. E nessa luta chamada “neutralidade axiológica” tem um papel determinado a desempenhar. Para ser preciso, a questão da neutralidade e do consenso sobre a

objetividade, pelo menos na ciência social, *não é uma questão teórica a não ser enquanto permaneça uma questão política.*

Para um cientista social cujos olhos estão voltados para a transformação do mundo, cujos conhecimentos querem implicar a revolução social, nada seria mais estranho e ingênuo do que defender a ciência frente à política. Para este, a defesa da ciência só pode ser uma defesa intrinsecamente política, principalmente se sua ciência não se contenta em desvendar os meios, mas também os fins das práticas sociais. Para este cientista, que certamente pensa em Marx, a ciência social se distingue das ideologias e a elas precisa se contrapor não para evitá-las, ou fugir à sua contaminação inexorável, mas, pelo contrário, para propor-se a buscar suas contradições, suas fraturas, seu mascaramento da realidade objetiva amplamente dilacerada. Sua ciência se construirá sobre a negação que toda a ideologia carrega consigo e só por isso, basicamente, ele a escolherá como o caminho crítico e revolucionário que interligara novamente a teoria e a prática, a interpretação e a transformação do mundo.

Weber dizia que a ciência desencanta o mundo. Este cientista que pensa em Marx poderia dizer que, na verdade, a ciência desencanta a dominação, tira-lhe o véu ideológico que a recobre, expõe as fraturas humanas aos próprios homens. Ora nesse caso, a ciência é – para além do que lhe é próprio e específico como prática – uma intervenção no mundo, uma decisão que exige a ação. E por isto também a neutralidade axiológica do método científico-social pode ser uma faca de dois gumes. Se por um lado pode permitir ao sábio defender-se do poder persuasivo dominante e limpar o terreno para o cultivo, por outro lado pode significar a criação de um “vazio” ideológico (no caso dos formalismos isto é patente), de um espaço reservado apenas aos conceitos e teorias científicas mas que, na prática, pode implicar numa extraordinária vulnerabilidade à presença contagiante dos *dados* poderosos da empiria dominante. Sem recursos de combate, dada a heterogeneidade radical entre conceitos científicos e noções ideológicas, precisa finalmente, num último recurso de defesa, isolar-se dos fins da ação humana e concentrar-se “tecnicamente” nos meios aparentemente objetivos, racionais ou neutros, de sua realização. A solução não pode ser satisfatória à verdadeira ciência, dado que concedeu à ideologia dominante aquilo que esta mais poderia desejar: a *indiferença compreensiva* da ciência em relação a ela. Contra esse perigo, a questão da neutralidade para a objetividade deve ser muito bem determinada. Há ideologias mas, principalmen-

te, há *ideologia dominante*. É na ideologia que o objeto, desintegrado nas lutas de classe, se reconstitui como *unidade* do presente em sua eternidade. Neste sentido, o combate da ciência social é, antes de mais nada, um combate à ideologia dominante. E não será paradoxal para a ciência se colocar, neste momento, a única questão cuja resposta lhe permitira reencontrar seu objetivo fundante, e reencontrar-se simultaneamente com a ação: quem sabe se nesse combate a ciência não precisa de arma crítica das ideologias oprimidas? Quem sabe se à ciência social a luta dos oprimidos não reserva ensinamentos indispensáveis?

Dentro deste quadro de questionamento teórico é que podemos, agora, pensar a relação da ciência social com o Estado e a democracia no Brasil de hoje. E conquistar o debate.

Nota

Conferência pronunciada no Centro de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1979, a convite do Centro Acadêmico do Departamento de História e Ciências Sociais.